

César Francisco Raymundo

Os Críticos da Bíblia Defendem Genocidas e Criminosos

Os cristãos não podem
ficar acuados diante das
acusações do Ateísmo.



revista cristã
última chamada

O Fim dos Tempos como você nunca ouviu falar!



- ▶ Arrebatamento
- ▶ Fim do mundo
- ▶ Guerras
- ▶ Grande Tribulação
- ▶ Milênio
- ▶ Preterismo
- ▶ Pós-milenismo



**www.
revistacrista
.org**

Os Críticos da Bíblia Defendem Genocidas e Criminosos

Os cristãos não podem
ficar acuados diante das
acusações do Ateísmo.

César Francisco Raymundo



revista cristã
última chamada

Patrocine esta obra!

Colabore com este trabalho que visa reformar o verdadeiro ensinamento sobre a Escatologia (ou fim dos tempos), o qual foi tão suprimido nos últimos séculos. Acima de tudo pedimos que nos ajude com as suas orações, para que possamos continuar a ter vigor para continuar e resistir os desafios de cada dia.

Se você pretende patrocinar esta revista, saiba, nós não prometemos as bênçãos de Deus para você, mas garantimos que você estará abençoando outros que precisam ter nossas literaturas gratuitamente.

Doe via depósito bancário

Banco: Caixa Econômica Federal

Em favor de: César Francisco Raymundo

Agência: 3298

Operação: 013

Conta: 00028081-1

Usufrua gratuitamente do site

Temos perto de mil arquivos de artigos, vídeos e mensagens sobre escatologia em geral. Todos eles divididos em ordem alfabética.

www.revistacrista.org

Contato:

ultimachamada@bol.com.br

contato@revistacrista.org

Os Críticos da Bíblia Defendem Genocidas e Criminosos

*Os cristãos não podem
ficar acuados diante das
acusações do Ateísmo.*

Autor: César Francisco Raymundo

Capa: César Francisco Raymundo
(Imagem de Tung Lam por Pixabay.com)

Revista Cristã Última Chamada publicada
com a devida autorização e com todos os
direitos reservados no Escritório de Direitos
Autorais da Biblioteca Nacional do Rio de
Janeiro sob nº 236.908.

É proibida a distribuição deste material para fins comerciais.
É permitida a reprodução desde que seja distribuído gratuitamente.

Editor
César Francisco Raymundo

E-mail: ultimachamada@bol.com.br
Site: www.revistacrista.org

Porto Belo – Santa Catarina

Dezembro de 2025

Índice

Sobre o autor	07
Apresentação	08
1. Entendendo os Pecados dos Cananeus	11
Em Resumo	14
2. A Misericórdia de Deus para com os Cananeus	15
Não Haveria Outro Meio?	17
3. O Juízo sobre os Cananeus	19
Deus é Quem Executa o Extermínio	21
A Nação de Israel foi um Instrumento de Deus	
assim como Outras Nações o Foram	23
A Transparência de Deus em Preservar esse	
Assunto na Bíblia	25
Crianças eram Sacrificadas a Moloque	26
Conclusão	
Os Ateus Críticos da Bíblia não Têm Nada	
a Oferecer	29
Obras importantes para pesquisa...	31

Sobre o Autor



César Francisco Raymundo nasceu em 02/05/1976, em Londrina, Paraná. De origem católica, encontrou-se com Cristo aos 13 anos e, na década de 1990, tornou-se membro da Igreja Presbiteriana do Brasil. Com mais de trinta anos de estudo autodidata em teologia e filosofia, César se aprofundou em diversas vertentes teológicas, incluindo Historicismo, Preterismo Parcial, Pós-milenismo, Preterismo Completo, Idealismo, Dispensacionalismo e Pré-milenismo, sempre analisando as fontes originais de cada uma delas.

Ele propôs a **teoria da Escatologia Concreta**, visando a busca de um consenso na profecia bíblica com todas as correntes escatológicas unidas. Também propôs o **Conceito de História Interrompida** que pode ser encontrado em seu e-book intitulado **História Interrompida: O Freio do Mal e a Melhora do Mundo**.

César é amplamente reconhecido como mestre em seu campo, sendo um pensador crítico e profundo, comprometido em formar novas gerações de estudiosos e pensadores da fé cristã. Ele escreveu o primeiro **Comentário Preterista sobre o Apocalipse**, além de ser autor do primeiro **Dicionário de Escatologia do Preterismo** e da primeira **Bíblia de Estudo Preterista Parcial** do Brasil.

Atualmente tem se dedicado à produção de material teológico, como livros, folhetos e revistas, com o objetivo de divulgar a Boa Nova da Salvação em Cristo e apresentar uma visão alternativa e equilibrada sobre a escatologia, desafiando a visão tradicionalmente pessimista das igrejas.

Apresentação

“A internet deu voz a uma legião de imbecis”.

A frase acima se popularizou por meio do intelectual italiano Umberto Eco e, à luz dela, é impossível não perceber como a chegada da internet revelou uma multidão de “papas infalíveis” no meio evangélico — e também em diversas outras áreas do conhecimento humano. Muitos se autoproclamam teólogos, especialistas em grego e hebraico, apenas para criticar traduções bíblicas consolidadas; outros rejeitam doutrinas que lhes são desagradáveis, como a do inferno; há ainda aqueles que se arrogam o direito de determinar como e quando Cristo deve voltar, bem como os eventos que supostamente devem preceder esse retorno. Não faltam, inclusive, os que abandonaram completamente a fé.

Do outro lado, surgem ateus que desenterram velhas mentiras, já amplamente contestadas e refutadas com precisão pelos gigantes da teologia cristã ao longo da história. Contudo, como nos lembra o livro de Eclesiastes, “não há nada novo debaixo do sol” (Eclesiastes 1:9): antigas falsidades desaparecem por um tempo, apenas para ressurgirem com nova roupagem. Cada indivíduo constrói seu pequeno trono virtual e dita regras dentro do limitado círculo de influência que conseguiu formar.

Apesar disso, vejo essa verdadeira babel de ideias na internet como algo, em certa medida, saudável. Afinal, como afirma o apóstolo Paulo em 1ª Coríntios 11:19:

“É necessário que haja divergências entre vocês, para que sejam conhecidos quais entre vocês são aprovados”.

Nada melhor do que o contraditório para lançar luz sobre questões complexas e expor publicamente os falsos profetas e os inimigos da Verdade.

Os ateus têm se mostrado cada vez mais ousados nas redes sociais. Alguns chegam ao ponto de afirmar que são moralmente superiores a Deus, desafiam os crentes e tentam provar que a Bíblia não é a Palavra de Deus por meio de argumentos que, à primeira vista, parecem sólidos e até assustam muitos cristãos. Contudo, como toda mentira, essas ideias inicialmente se apresentam com aparência de coerência e força, mas, quando submetidas a uma análise criteriosa e ao contraditório honesto, acabam sendo desmascaradas, e a verdade surge de forma avassaladora.

E o que seria dos ateus e céticos críticos da Bíblia se não fossem as famosas passagens sobre a destruição dos povos cananeus? Aquelas narrativas frequentemente citadas em que Deus ordena a morte de crianças, jovens, mulheres, idosos e, em algumas ocasiões, até dos animais. A pergunta é repetida à exaustão: como um Deus de amor poderia ordenar algo que parece um genocídio?

Essas questões são justamente o que deu origem a este e-book. Ao perceber que muitos cristãos têm sido acuados por ateus e céticos que, à semelhança do gigante Golias, desafiam continuamente o povo de Deus, resolvi escrever esta obra simples, porém direta, com o objetivo de desmontar os falsos argumentos ateístas. Pretendo mostrar como, paradoxalmente, muitos desses críticos, enquanto condenam a atuação de Deus nas Escrituras, acabam defendendo criminosos e genocidas por meio de suas ideologias modernas.

Nada melhor do que a própria Escritura, quando corretamente interpretada, para revelar publicamente a insensatez desses homens incrédulos e moralmente incoerentes. Este e-book também servirá como um alerta solene acerca da realidade do inferno que aguarda aqueles que persistem na incredulidade e rejeitam a Cristo como Senhor e Salvador.

Reconheço que já existem inúmeros livros e artigos que abordam a questão do chamado “genocídio dos cananeus”. Ainda assim, esta obra se propõe a ser um desafio direto à visão cético-atéista contemporânea e, ao mesmo tempo, um instrumento de fortalecimento da fé e do testemunho dos cristãos que, não raras vezes, se sentem pressionados e intimidados diante dessas acusações.

1

Entendendo os Pecados dos Cananeus

Ao escrever sobre a maldade dos amorreus-cananeus, busquei compreender suas práticas à luz do contexto histórico e religioso apresentado nos textos bíblicos. Analisei como essas práticas — frequentemente associadas à idolatria, à violência ritual e à corrupção moral — são descritas como motivos centrais para o juízo Divino narrado nas Escrituras. Meu objetivo não foi apenas repetir a narrativa bíblica, mas refletir criticamente sobre como esses comportamentos são apresentados como incompatíveis com os valores éticos e espirituais exigidos por Deus, segundo a tradição hebraica e também demonstrar que o juízo sobre esses povos não foi um genocídio no sentido moderno conforme os ateus e céticos criticam.

Hoje, genocídio é entendido como a intenção deliberada de destruir, total ou parcialmente, um grupo humano, definido por etnia, nacionalidade, raça ou religião. Essa definição tem sua principal base na Convenção das Nações Unidas de 1948, elaborada após o Holocausto. Ela inclui ações como: matar membros do grupo, causar danos físicos ou psicológicos graves, impedir nascimentos, transferir crianças à força e destruir as condições de sobrevivência do grupo.

É essa definição moderna de genocídio que muitos críticos aplicam aos textos do Antigo Testamento. No entanto, segundo numerosos estudiosos, teólogos e historiadores, essa leitura apresenta vários problemas sérios.

O primeiro problema é o anacronismo. O conceito de genocídio simplesmente não existia no mundo antigo. Aplicar categorias morais e jurídicas do século XX a textos da Idade do Bronze resulta em uma distorção do contexto histórico e cultural.

O segundo problema diz respeito à linguagem hiperbólica de guerra. Expressões como “destruir totalmente” eram fórmulas retóricas comuns tanto nos textos bíblicos quanto em outros registros do Antigo Oriente Próximo. Frequentemente, esse tipo de linguagem era usado mesmo quando os povos mencionados continuaram existindo posteriormente.

O terceiro ponto é que o foco desses conflitos era religioso, não racial. As guerras descritas no Antigo Testamento não se baseavam em critérios de raça. A condenação estava ligada a práticas religiosas e morais específicas, não à etnia em si. Isso é evidenciado pelo fato de que estrangeiros podiam se integrar plenamente a Israel, como ocorreu com Raabe e Rute.

O quarto problema é compreender que os relatos bíblicos são teológicos, não reportagens históricas no sentido moderno. O texto bíblico possui uma intenção religiosa e moral, e não a pretensão de ser um registro neutro conforme os padrões historiográficos atuais.

Em resumo, quando críticos falam em “genocídio” no Antigo Testamento, eles utilizam um conceito moderno, fazem uma leitura ética contemporânea e, com frequência, ignoram o contexto histórico, literário e cultural antigo. Isso não significa que os textos sejam simples ou isentos de dificuldades morais, mas explica por que a acusação de genocídio é amplamente debatida e contestada.

Para um entendimento mais aprofundado, é necessário considerar o contexto moral dos povos envolvidos, especialmente dos cananeus, e compreender por que sua destruição não estava relacionada à raça, religião ou mera conquista territorial. Esses povos não foram julgados por serem etnicamente diferentes — afinal, os cananeus também eram semitas, assim como os israelitas.

A ordem para destruir determinados povos não se baseava na recusa de conversão ao judaísmo. Apenas dez nações específicas foram designadas para julgamento (Deuteronômio 7:1). Dentre elas, somente três foram derrotadas antes da entrada de Israel em Canaã; as outras sete permaneciam na terra após a chegada dos israelitas. Além disso, Deus deixou claro que Israel não tinha permissão para atacar outras nações, a menos que fosse atacado primeiro (Deuteronômio 20). Mesmo nesses casos, a instrução era repelir o ataque, não exterminar os povos.

A ordem para destruir os cananeus não tinha como objetivo principal a posse territorial, mas o julgamento Divino devido à extrema perversidade moral daquela cultura. A terra seria concedida a Israel como bênção por sua obediência, mas as Escrituras também afirmam claramente que, se Israel praticasse os mesmos pecados, perderia igualmente a posse da terra.

Diversas passagens bíblicas apresentam as razões para esse julgamento (Gênesis 15:16; 18:20–21; Levítico 18:20–30; Deuteronômio 7:3–4; 9:4–5). Entre os pecados amplamente praticados na cultura cananeia estavam a idolatria, prostituição ritual, adultério, homossexualidade cultural, incesto, assassinato, bestialidade, estupro coletivo e sacrifício de crianças.

Embora outras culturas antigas também tenham cometido alguns desses atos, o diferencial cananeu foi o caráter generalizado e socialmente aceito dessas práticas, integradas à própria adoração

religiosa. Esses atos não eram apenas tolerados, mas celebrados como moralmente corretos e realizados como forma de agradar seus deuses. A Bíblia descreve esse nível de corrupção de maneira tão profunda que afirma que a própria terra “vomitou” seus habitantes por causa de sua impureza (Levítico 18:25).

Em Resumo

O que foi exposto até agora sobre os pecados dos cananeus é suficiente para revelar a hipocrisia de muitos ateus e céticos em suas críticas à Bíblia. Ao afirmarem que é chocante um Deus de amor ordenar a destruição dos povos cananeus — por julgarem que isso não condiz com o retrato de Javé, o Deus de Israel, apresentado nas Escrituras —, tais críticos demonstram uma notável tolerância para com a maldade.

Em seus escritos, raramente ou nunca se encontra uma condenação às práticas desses povos. Pelo contrário, quem acaba sendo julgado é aquele que executa o juízo, pondo fim à perversidade que ali predominava. Convém lembrar que, antes de Deus executar qualquer julgamento, esses povos já praticavam, há muito tempo, as mais graves e perversas imoralidades. Ainda assim, tais atos são frequentemente ignorados ou relativizados.

Essa postura revela uma hipocrisia semelhante à de alguém que se recusa a condenar os crimes cruéis de Hitler, mas se apressa em condenar os Aliados por terem invadido a Alemanha nazista para pôr fim às atrocidades cometidas.

Sigamos adiante, pois mais à frente a insensatez de muitos céticos em relação à Bíblia se tornará ainda mais evidente.

2

A Misericórdia de Deus para com os Cananeus

“Na quarta geração, os seus descendentes voltarão para cá, porque a maldade dos amorreus ainda não atingiu a medida completa”.

- Gênesis 15:16

O Senhor Deus não destruiu os cananeus imediatamente, apesar da gravidade de suas maldades. Em sua paciência, Deus permitiu que se passassem cerca de quatrocentos anos, até que a iniquidade deles chegasse à sua plena medida. Esse aspecto da justiça Divina muitas vezes é ignorado pelos que se opõem a Deus – no caso, os ateus críticos da Bíblia. Por isso, frequentemente surge a sensação de impunidade e de prolongamento do mal no mundo.

Essa realidade já havia sido observada pelo sábio de Eclesiastes:

“Quando a sentença contra uma obra má não se executa logo, o coração dos filhos dos homens se enche de disposição para praticar o mal”.

- Eclesiastes 8:11

As Escrituras ensinam que Deus “é tardio em irar-se”, “misericordioso e compassivo”, “longânimo e grande em

benignidade” (Números 14:18; Salmos 103:8–9). Foi essa misericórdia que impediu que Adão e Eva fossem consumidos imediatamente após o pecado. É também a razão de nossa própria preservação, como afirma o profeta:

“As misericórdias do SENHOR são a causa de não sermos consumidos, porque as suas misericórdias não têm fim. Renovam-se cada manhã; grande é a tua fidelidade”.

- Lamentações 3:22–23

Dessa forma, a destruição dos cananeus não entra em conflito com o amor de Deus (1ª João 4:8). Pelo contrário, o amor Divino se manifesta claramente ao vermos que, embora Canaã estivesse seguindo um caminho de corrupção crescente, Deus lhes concedeu tempo suficiente, até chegarem a um ponto em que já não havia esperança de mudança coletiva.

Mesmo quando o juízo se tornou inevitável, Deus não agiu de modo indiscriminado. Aqueles que demonstraram disposição para mudar de conduta alcançaram misericórdia, como Raabe e os gibeonitas (Josué 9:3–11, 16–27; Hebreus 11:31). Isso demonstra que o juízo Divino sempre caminha lado a lado com a misericórdia, e que Deus não tem prazer na destruição, mas na restauração daqueles que se arrependem. Ele mesmo declara que não se agrada da morte do ímpio, mas deseja que este abandone o seu mau caminho e viva (Ezequiel 18:23; 33:11). A execução do juízo, portanto, não é expressão de crueldade, mas o último recurso de um Deus justo, depois de esgotadas todas as oportunidades de arrependimento.

É verdade que o relato da destruição dos cananeus pode causar desconforto às nossas sensibilidades morais. No entanto, existe uma ironia evidente nisso: essas próprias sensibilidades, sobretudo no mundo ocidental, foram profundamente moldadas pela herança judaico-cristã. Foi essa tradição que nos ensinou a reconhecer o valor intrínseco do ser humano, a importância de agir com justiça e não de

maneira arbitrária, e a compreender que a punição deve ser proporcional à gravidade do crime.

De forma paradoxal, é justamente a Bíblia — a fonte desses valores morais — que passa a ser questionada à luz dos princípios que ela mesma estabeleceu. Assim, os relatos bíblicos que parecem violar tais sensibilidades devem ser analisados dentro do próprio arcabouço moral que a Escritura nos legou, e não à margem dele.

Não Haveria Outro Meio?

Tenho observado nas redes sociais que, no imaginário de muitos ateus, Deus só seria justo se impedisse cada ato de maldade, o tempo todo, eliminando assim qualquer possibilidade de sofrimento no mundo. Curiosamente, ao defenderem essa ideia, alguns acabam questionando aquilo que eles mesmos costumam considerar um dos maiores valores humanos: o livre-arbítrio.

Na prática, esse raciocínio descreve um mundo quase “mágico”, no qual não existiria liberdade real. Seria um mundo em que todos estariam programados para obedecer, sem a possibilidade de escolher entre o bem e o mal. Um mundo aparentemente perfeito, mas vazio de responsabilidade moral. No entanto, o pensamento ateu não é uniforme; ele varia bastante, como se pode perceber nas discussões nas redes sociais.

Se trouxermos um paralelo com a inteligência artificial, a comparação ajuda a esclarecer o problema. Um sistema de IA pode ser programado para nunca errar, mas, nesse caso, ele não escolhe fazer o bem — apenas executa comandos. Quando damos autonomia a um sistema, surgem riscos, mas também surge responsabilidade. O mesmo acontece com o ser humano: sem liberdade, não há culpa, nem virtude, nem amor genuíno — apenas obediência mecânica.

Pensar que sempre poderia haver uma solução alternativa sem qualquer tipo de punição, como no caso dos cananeus relatado nas Escrituras, muitas vezes equivale a tornar o mal impune. Esse tipo de visão tem influenciado ideologias modernas que se infiltram nas leis e no sistema de justiça. Basta observar como criminosos têm sido tratados no Brasil e em diversas partes do mundo.

Muitos defensores dessas ideologias demonstram grande preocupação com os direitos dos criminosos, mas raramente mostram o mesmo zelo pelas vítimas. Enquanto isso, o crime organizado se fortalece, a impunidade cresce e a maldade se multiplica. Assim, as críticas que certos ateus fazem às punições divinas descritas na Bíblia refletem, em grande parte, a mesma lógica que hoje relativiza o crime, enfraquece a justiça e acaba fortalecendo aqueles que praticam o mal.

3

O Juízo sobre os Cananeus

É muito comum as pessoas concordarem que somente Deus tem o direito de tirar a vida de uma pessoa. É Ele quem dá a vida e é Ele quem a tira. Como dizia Jó:

“O Senhor o deu, o Senhor o levou; louvado seja o nome do Senhor”.

— Jó 1:21b

Mas surge a pergunta: como Deus tira a vida de uma pessoa? Por meio de doenças, catástrofes, acidentes ou simplesmente fazendo o coração parar? E, além disso, por que Deus tiraria a vida de alguém?

De forma bem resumida, a Bíblia mostra que Deus pode tirar a vida como ato de juízo contra o pecado, como vemos em Atos 5:1–11 e em Romanos 6:23. Em alguns casos, a morte aparece também como disciplina severa, conforme 1ª Coríntios 11:30 e Hebreus 12:6. Além disso, Deus é soberano sobre a vida e a morte, pois Ele dá e Ele tira, como declara Jó 1:21 e Eclesiastes 3:1–2. Há ainda situações em que a morte é apresentada como misericórdia ou livramento do mal futuro, conforme Isaías 57:1.

Podemos então dizer que o extermínio dos cananeus se enquadra na categoria de juízo contra o pecado conforme Atos 5:1–11 e Romanos 6:23, mas com algumas distinções importantes.

O caso dos cananeus foi um juízo coletivo e histórico, decretado por Deus após séculos de perversão moral e religiosa, incluindo idolatria e práticas abomináveis (Gênesis 15:16; Deuteronômio 9:4–5). Diferente de Atos 5:1–11, que trata de um juízo imediato e individual, o juízo sobre Canaã foi progressivo, anunciado e ligado ao plano redentivo de Deus para Israel.

Romanos 6:23 estabelece o princípio geral — “o salário do pecado é a morte” — e o extermínio dos cananeus é uma aplicação extrema desse princípio, dentro de um contexto específico da história bíblica, onde Deus age como Juiz das nações (Deuteronômio 32:8; Salmo 9:8).

Portanto, enquadra-se como juízo contra o pecado, mas não como regra normativa, e sim como um ato soberano, excepcional e histórico de Deus.

Não há, portanto, mandamento bíblico para sair matando povos ou nações a fim de conquistá-los para Deus. A mesma nação de Israel que participou da guerra contra os cananeus foi chamada para ser bênção e atrair os povos à verdadeira adoração, e não para impor sua fé por meio da espada.

A Grande Comissão de Cristo, conforme Mateus 28, consiste em pregar o Evangelho e discipular as nações, por meio da Palavra poderosa que transforma corações, e não pela coerção ou violência. Essa é a verdadeira Teologia do Domínio que está em andamento: Deus conquistando as nações pelo anúncio do Evangelho, multiplicando um povo que não se define por etnia ou território, mas pela fé, formando a única nação que prevalecerá eternamente.

Esse ensino bíblico é substancialmente diferente das interpretações radicais do islamismo, que encontram no Alcorão ordens explícitas de combate e conquista religiosa. Exemplos frequentemente citados incluem a Sura 9 (At-Tawbah), versículo 5, conhecida como o “verso da espada”, e a Sura 9, versículo 29, que ordena o combate contra aqueles que não se submetem à fé islâmica, além de passagens como Sura 8 (Al-Anfal), que trata da guerra contra os infiéis.

Assim, enquanto a Fé Cristã avança pela proclamação da verdade e pela transformação interior operada pelo Espírito, toda tentativa de expansão religiosa pela violência revela-se incompatível com o ensino e o caráter do Evangelho de Cristo.

Deus é Quem Executa o Extermínio

Uma vez estabelecido que Deus é o único que pode tirar a vida de qualquer pessoa, seja de forma coletiva ou individual, por meio de juízo ou de outras causas, o próprio texto bíblico afirma, em primeiro lugar, que o extermínio dos cananeus foi uma decisão de Deus, e não uma escolha arbitrária do povo israelita, ainda que estivesse sob a liderança de Moisés.

Os textos bíblicos dizem:

“O meu anjo irá à frente de vocês e os fará chegar à terra dos amorreus, dos hititas, dos ferezeus, dos cananeus, dos heveus e dos jebuseus, **e eu os exterminarei**”.

- Êxodo 23:23 – o grifo é meu.

Mandarei adiante de vocês o meu terror, que porá em confusão todas as nações que vocês encontrarem. **Farei** que todos os seus inimigos virem as costas e fujam.

Causarei pânico entre os heveus, os cananeus e os hititas para expulsá-los de diante de vocês.

Não os expulsarei num só ano, pois a terra se tornaria desolada e os animais selvagens se multiplicariam, ameaçando vocês.

Eu os expulsarei aos poucos, até que vocês sejam numerosos o suficiente para tomar posse da terra.

Estabelecerei as suas fronteiras desde o mar Vermelho até o mar dos filisteus, e desde o deserto até o Rio. **Entregarei** em suas mãos os povos que vivem na terra, aos quais expulsarão de diante de vocês”.

- Êxodo 23:27-31 – o grifo é meu.

Portanto, Deus age segundo a Sua vontade soberana no céu e na terra, cumprindo plenamente todo o seu propósito (Daniel 4:35; Isaías 46:10; Salmo 115:3). O problema é que muitos críticos da Bíblia aceitam que Deus tire a vida por meios considerados “naturais”, como um infarto ou um derrame, mas rejeitam a ideia de que Deus tenha ordenado que homens — no caso, soldados israelitas — executassem juízo contra os cananeus.

Entretanto, se Deus é soberano sobre a vida e a morte, então o meio pelo qual Ele age não altera a natureza do Seu ato. Não existe diferença moral real entre Deus tirar a vida por meio de um evento “natural” ou por meio de agentes humanos usados como instrumentos de juízo. A objeção, nesse caso, não é lógica nem teológica, mas essencialmente emocional.

Sendo Deus soberano e o próprio doador da vida, Ele possui direito absoluto de retirá-la quando quiser. Nenhum ser humano tem direitos “contra” Deus, pois Ele não está sujeito a padrões morais externos a Si mesmo. Esse ponto é fundamental: o que Deus ordena é justo precisamente porque procede d’Ele. Não existe um “bem” superior a Deus que sirva como critério para julgar Suas ações.

Além disso, o fato de Deus utilizar soldados não torna o juízo errado, pois Deus sempre age por meios. Um infarto é um meio; uma guerra também é um meio. Assim, alguém não pode afirmar que

Deus matou uma pessoa por meio de uma doença e, ao mesmo tempo, negar que Ele matou os cananeus por meio de soldados. Tal posição revela uma clara inconsistência por parte do crítico.

Isso incomoda muitas pessoas porque o verdadeiro problema não é a violência em si, mas a questão do controle. As pessoas tendem a aceitar um Deus que age “à distância”, mas rejeitam um Deus que emite ordens claras e governa a história de forma direta. Em última análise, querem um Deus poderoso, porém não absolutamente soberano.

A Nação de Israel foi um Instrumento de Deus assim como Outras Nações o Foram

Ao ler a Bíblia com atenção, fica claro que Israel nunca foi um fim em si mesmo, mas um instrumento nas mãos de Deus — assim como outras nações também o foram ao longo da história. Quando Deus usa Israel para executar juízo sobre os cananeus, isso não acontece em um vácuo moral ou histórico, nem é algo exclusivo desse povo. Em Deuteronômio 9:4–5, Deus deixa claro que a conquista da terra não se devia à justiça de Israel, mas à maldade das nações que ali habitavam. Israel foi usado como instrumento de juízo, não como exemplo de superioridade moral ou racial.

O que muitas vezes é ignorado é que essa mesma lógica se volta contra o próprio Israel quando ele peca. A prática de Deus levantar uma nação para destruir outra era comum no relato bíblico. O mesmo Deus que ordenou a Israel que exterminasse os cananeus prometeu, de forma igualmente explícita, que traria povos estrangeiros para castigar e devastar Israel caso a nação se corrompesse. Em Deuteronômio 28:49, Deus adverte:

“O Senhor levantará contra ti uma nação de longe, da extremidade da terra, que voará como a águia, nação cuja língua não entenderás”.

Essa promessa se cumpre historicamente com os assírios, os babilônios e, mais tarde, de forma decisiva, com os romanos.

Isso desmonta a ideia de que Deus seria “duro” no Antigo Testamento e “bonzinho” no Novo. O próprio Jesus ecoa esse mesmo padrão de juízo. Na parábola das bodas (Mateus 22:7), Ele diz que o rei, ao ser rejeitado, enviou seus exércitos, destruiu aqueles assassinos e incendiou a cidade — uma imagem forte e difícil, amplamente entendida como uma referência ao juízo que viria sobre Jerusalém. Em Lucas 19:41–44, Jesus chora sobre a cidade e profetiza sua destruição completa por causa da rejeição ao Messias. Não há suavização aqui.

Além disso, Cristo pronuncia severas ameaças contra os líderes religiosos. Em Mateus 23, repetidas vezes Ele declara: “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas!”, culminando com o anúncio de que sobre aquela geração viria todo o sangue justo derramado, e que a casa deles ficaria deserta (Mateus 23:35–38). A cidade que rejeitou o Filho de Deus não escaparia do juízo simplesmente por carregar o nome de povo eleito.

O cumprimento disso no ano 70 d.C., com a destruição de Jerusalém pelos romanos — um povo de língua estranha, exatamente como Moisés havia advertido séculos antes — reforça a coerência do caráter divino ao longo das Escrituras. Deus continua soberano, usando nações como instrumentos, seja Israel contra os cananeus, seja os gentios contra Israel.

Portanto, não faz sentido opor o Deus do Antigo Testamento ao Deus do Novo, como se fossem moralmente diferentes. É o mesmo Deus, justo e paciente, mas também juiz. A diferença não está no

caráter de Deus, mas na forma como nós escolhemos ler os textos. Quando ignoramos essa continuidade, criamos um Deus moldado à nossa conveniência, e não o Deus que a própria Bíblia revela.

A Transparência de Deus em Preservar esse Assunto na Bíblia

Algo que sempre me chama atenção na Bíblia é a transparência com que Deus permite que episódios difíceis e até perturbadores sejam preservados. Textos que falam do extermínio dos cananeus, por exemplo, não são amenizados nem apagados, mesmo sabendo que eles podem “manchar” a reputação de Deus aos olhos modernos. Em Deuteronômio 7:1–2, o texto é direto ao dizer que Israel deveria destruir completamente aquelas nações. Em Josué 6, a queda de Jericó culmina na destruição total da cidade. Nada disso é escondido.

Se a Bíblia fosse apenas um livro produzido para autopromoção religiosa ou propaganda moral, seria muito mais lógico ocultar esses períodos sombrios ou, no mínimo, suavizá-los. Isso é exatamente o que nós, como seres humanos, tendemos a fazer: esconder nossas falhas, justificar nossos erros e apagar da história aquilo que nos constrange. Mas a Escritura faz o oposto. Ela expõe.

Essa honestidade brutal me parece um sinal forte de que o texto bíblico não está tentando proteger uma imagem idealizada de Deus construída pelos homens. Pelo contrário, apresenta um Deus que age na história real, com povos reais, em contextos violentos e moralmente complexos. O mesmo Deus que é descrito como “misericordioso e compassivo” (Êxodo 34:6) também é apresentado como juiz, alguém que lida seriamente com o mal e a corrupção extrema daqueles povos (Gênesis 15:16).

A preservação desses textos me faz pensar que Deus não teme questionamentos nem tenta se encaixar em expectativas humanas de aceitabilidade. Ele permite que o leitor enfrente o desconforto, a tensão e até a indignação. Isso não diminui a Bíblia; pelo contrário, a torna mais crível. Um livro que não esconde seus capítulos mais difíceis soa muito mais honesto do que um que tenta parecer impecável.

No fim, esses relatos não me convidam a uma fé ingênua, mas a uma fé madura — que reconhece que Deus não é uma projeção das nossas preferências morais modernas, e que a revelação bíblica não foge das partes difíceis da própria história que narra.

Crianças eram Sacrificadas a Moloque

“Não darás a nenhum de teus filhos para sacrificá-lo a Moloque”.

- Levítico 18:21

“Vai e executa juízo total, sem poupar homens, mulheres, crianças e até os de colo”.

- 1º Samuel 15:3

Os cananeus viviam em uma cultura que incluía o sacrifício de crianças ao deus Moloque, prática explicitamente condenada por Deus nas Escrituras. Ainda assim, muitos críticos da Bíblia afirmam estar moralmente indignados com o juízo divino contra esses povos, alegando preocupação especial com as crianças. Essa postura é profundamente hipócrita. Demonstra sensibilidade seletiva: condena o juízo de Deus, mas ignora ou relativiza uma sociedade que institucionalizou a morte ritual de seus próprios filhos.

Já vimos que o juízo contra os cananeus não foi arbitrário nem motivado por crueldade, mas um ato santo, histórico e específico de

Deus contra uma cultura completamente corrompida. Deus, como doador da vida, possui autoridade absoluta sobre ela e o direito de determinar quando e como o juízo é executado. A objeção moderna não nasce de uma moral superior, mas da recusa em aceitar a soberania plena de Deus.

No fundo, o problema não é a proteção das crianças, mas o desconforto com um Deus que governa a história de forma direta, que ordena e julga. Muitos querem um Deus poderoso, mas não um Deus absolutamente soberano — especialmente quando Sua justiça confronta os critérios morais humanos.

A grande pergunta correta no episódio do extermínio dos cananeus não é “por que as crianças morreram?”, mas “quem é Deus em relação à vida e à morte?”. Antes de tudo, Deus não deve a vida a ninguém — nem mesmo às crianças. Toda vida pertence a Ele. As crianças não possuem um “direito natural” à vida independente de Deus, e o simples fato de alguém ser criança não cria sobre Deus uma obrigação moral. Questionar Deus nesse ponto é emocionalmente compreensível, mas teologicamente equivocado, pois trata a morte de crianças como se Deus estivesse violando um direito que Ele jamais concedeu.

Outro ponto fundamental é que as crianças não foram “punidas” pelos pecados dos adultos. O juízo contra Canaã não consistiu em uma punição moral individual, mas em um juízo corporativo e histórico, no qual Deus julgou uma sociedade inteira. As crianças morreram como parte da remoção daquela cultura específica, e não como alvos pessoais de condenação moral.

Há também a questão do sofrimento: morte rápida versus sofrimento prolongado. Essas crianças não tiveram tempo de sofrer como adultos sofreram em inúmeros outros contextos históricos. É verdade que toda morte envolve algum grau de sofrimento, mas a duração do sofrimento não define a justiça de um ato. A Bíblia não

mede a moralidade pelo tempo de dor envolvido, e morrer cedo não é, em si, o pior mal possível. Muitos críticos recorrem a comparações com eventos históricos extremos para provocar repulsa emocional, mas isso não responde à questão central, que é a autoridade de Deus sobre a vida.

Frequentemente, o extermínio das crianças cananeias é comparado a crimes cometidos por regimes totalitários. Essa comparação deve ser firmemente rejeitada. Governos humanos não são Deus e não possuem autoridade absoluta sobre a vida. Além disso, carecem de revelação Divina infalível. Atos ordenados diretamente por Deus a Israel não podem ser equiparados a crimes de Estados humanos, que agem por interesses, ideologias e corrupção moral.

Outro aspecto que não pode ser ignorado — embora para os ateus seja irrelevante — é o destino eterno dessas crianças. A morte física não implica automaticamente condenação eterna. Ao longo da história, cristãos baseados na Bíblia sempre creram que crianças têm livre acesso à presença de Deus após a morte.

Em última análise, a crítica à morte das crianças cananeias é, em grande parte, uma reação emocional que tenta submeter Deus a padrões morais humanos, invertendo a ordem correta entre Criador e criatura.

Os ateus, céticos e críticos da Bíblia se esquecem de que a crueldade exige intenção de causar sofrimento consciente em alguém. Onde não há consciência elaborada, não há crueldade — apenas sua reação emocional. As crianças cananeias não foram torturadas até a morte por horas. Morreram imediatamente. Esses críticos da Bíblia aceitam milhões de mortes infantis por causas naturais sem chamar o Universo de monstro moral, mas chama Deus de cruel apenas quando há propósito. Isso não é ética; é aversão à ideia de sentido.

Conclusão

Os Ateus Críticos da Bíblia não Têm Nada a Oferecer

Em última análise, a objeção ateísta e cética ao extermínio dos cananeus não nasce de preocupação moral genuína, mas de rebelião intelectual contra a autoridade de Deus. O problema dos críticos não é a morte das crianças, jovens, mulheres, idosos e animais cananeus, mas o fato de que Deus julga, governa e pune. Eles exigem um Deus domesticado, submisso à sensibilidade moderna, mas rejeitam o Deus real das Escrituras, que é Senhor absoluto da vida, da morte e da história.

A ironia é evidente: os mesmos que se escandalizam com um juízo histórico, limitado e temporal, rejeitam completamente o aviso de um juízo infinitamente mais severo e eterno. O extermínio dos cananeus foi pequeno, localizado e momentâneo quando comparado ao que aguarda todos os que persistem em sua rebelião contra Deus. Se o juízo temporal os ofende, o que dirão do Juízo Final? Se reclamam da morte física, como escaparão da condenação eterna?

Os ateus e céticos se colocam como juizes de Deus, mas não percebem que são eles os réus. A Escritura é clara: tribulação e angústia virão sobre todo aquele que pratica o mal — primeiro sobre o judeu, e também sobre o gentio (Romanos 2:9). O juízo não é seletivo, nem arbitrário; é justo, universal e inevitável.

No final das contas, muitos ateus que criticam a Bíblia, especialmente questionando a atuação de Deus entre os cananeus, acabam revelando uma tendência perigosa: ao atacar a narrativa Divina, frequentemente defendem ou relativizam ideologias que favorecem criminosos, abortistas e até genocidas. É como se, ao contestar a justiça de Deus, eles se alinhassem inadvertidamente com o que há de mais perverso na humanidade. Por isso, os cristãos não devem se sentir acuados diante desses críticos, que se apresentam como gigantes Golias desafiando a Igreja de Cristo. A fé não se intimida; ela se mantém firme, confiante na verdade e na justiça de Deus, enfrentando com coragem qualquer oposição.

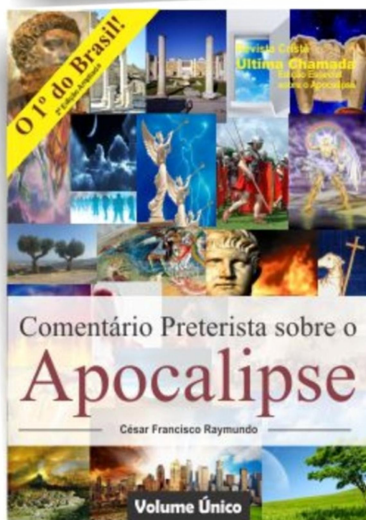
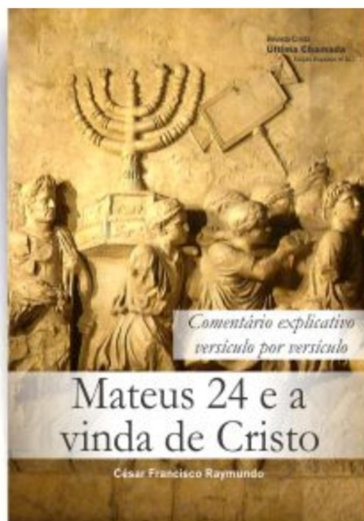
Portanto, a crítica ao extermínio dos cananeus não refuta a Bíblia — ela apenas confirma o que a Bíblia já afirma sobre o coração humano: hostilidade contra Deus, amor à própria autonomia e recusa em se arrepender. A única resposta racional não é acusar Deus, mas temê-lo, arrepender-se e submeter-se a Ele enquanto ainda há tempo.

Para concluir, esses ateus críticos da Bíblia não têm nada a oferecer além de mentiras, críticas e objeções infundadas. Eles não constroem hospitais, não acolhem órfãos nem cuidam de viúvas em suas necessidades, e não deixam o legado de bondade que os santos de Deus deixam.

Obras importantes para pesquisa

Faça download de nossos outros títulos em

www.revistacrista.org



Revista Cristã
Última Chamada

O livro mais
Amargo
da Bíblia dá suporte a



Esperança Pós-milenista?

César Francisco Raymundo

KENNETH L. GENTRY JR.

PÓS-MILENARISMO PARA LEIGOS

VOCÊ PODE ENTENDER
A PROFECIA BÍBLICA



Refutando o Amilenismo Dispensacionalismo Pré-milenismo Clássico

Jay Rogers

César Francisco Raymundo

revista cristã
última chamada

E se Deus não tivesse nascido de mulher?